



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE JOINVILLE E REGIÃO

SEDE : rua Chui, 30 - centro-89201-340 Joinville/SC - fone/fax (47) 3433-0388/3028-0388/9964-3888/ Cx.P.: 897 - E-mail sindsaudejoi@terra.com.br / Site www.sindicatosaudejoi.org.br

SUBSEDE: rua Francisco Fischer - 60 - P'andar - centro- CEP 89.252.070 - Jaraguá do Sul / SC - fone/fax (47) 3371-0119 e 9186-7506 - E-mail sindsaudejaragua@terra.com.br

JURISDIÇÃO: Joinville, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, Araquari, Balneário Barra do Sul, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itapoá, Massaranduba e Schroeder

Fundado em 10 de agosto o ano de 1.977 - Reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 09 de Novembro de 1.978. Inscrito no CNPJ sob o nº 83.628.628/0001-63

Filiado a UGT - União Geral dos Trabalhadores e ao DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômico

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - NOV.2025 a OUT.2026

- SINDICATO / LABORATÓRIOS -

Pelo presente instrumento, de um lado o **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE JOINVILLE E REGIÃO**, Entidade Sindical de 1º grau, representativa da Categoria Profissional da Base Territorial constante do timbre acima, com Sede à Rua Chui, 30 - centro de Joinville, inscrita no C.N.P.J sob o número 83.628.628/0001-63, com Registro Sindical junto ao M.Tb.E número 327-452/1977, alterado para o número 317.391/1980 em 28/08/1981, neste ato representada por seu **Presidente, Senhor Lorival Pisetta**, inscrito no C.P.F. sob o número 153.783.579-34, abaixo assinado, como devidamente autorizado pelas Assembleias Gerais da Categoria, levadas a efeito em datas de 24, 25 e 26 de setembro de 2.025 e, de outro lado o **SINDILAB - SINDICATO DOS LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS, PATOLOGIA CLÍNICA E ANATOMO-CITOPATOLOGIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA**, Entidade Sindical de 1º Grau representativa da Categoria Econômica, inscrita no C.N.P.J. sob o número 02.622.858/0001-13, com Sede à Rua Almirante Tamandaré, 94 - sala 805 - Coqueiros de Florianópolis-SC, com Registro Sindical junto ao Ministério do Trabalho e Emprego número 760.00.005.596-98, neste ato representado pelo **Presidente, Werner Gustavo Vieira Willrich**, inscrito no C.P.F. sob o nº 007.479.869-32, abaixo assinado, como devidamente autorizado pela Assembleia Geral da Categoria, levada a efeito em data de **02/12/2025**, com fundamento no Artigo 7º, inciso XXVI da Constituição Federativa do Brasil e artigo 611 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, celebram a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, nos termos das cláusulas abaixo:

CLÁUSULA 01 - DA VIGÊNCIA

O presente termo terá vigência de **12 meses**, contados à partir de **01/11/2025**, com término em **31/10/2026**.

CLÁUSULA 02 - DA ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá todas as Empregadoras e empregados das Categorias **Econômica e Profissional** representadas pelos Sindicatos Convenentes, de acordo com a **Base Territorial do Sindicato Laboral**.

CLÁUSULA 03 - DOS SALÁRIOS

Os salários dos integrantes da Categoria Profissional, serão reajustados, com a aplicação do percentual mínimo de **4,49%** incidente sobre os salários vigentes em 31/10/2025, devidos a partir de **01/11/2025**.

§ 1º: Fica estabelecido o salário normativo da categoria profissional, no importe correspondente a **R\$ 2.121,00/mês**, a partir de **01/11/2025**, devido após o período de experiência de 90 dias, do parágrafo único do artigo 445 da CLT.

§ 2º: As **diferenças** da remuneração advindas do contido no caput da presente cláusula e do §1º da mesma, inclusive dos 13ºs salários e férias com 1/3, serão quitadas na forma de **abono**, juntamente com a remuneração relativa ao mês de competência **abril de 2026**, com pagamento até **05/05/2026**.

§ 3º: As **substituições** de empregados por período igual ou superior a 30 dias implicarão no pagamento de **salário igual** ao do substituído, em favor do empregado substituído, enquanto perdurar a substituição.

§ 4º: Não poderá o **empregado mais novo** na Empregadora perceber **salário inferior** ao do mais antigo, na mesma função, não considerando as vantagens pessoais.

§ 5º: As Empregadoras fornecerão **comprovante de pagamento** da remuneração mensal, aos seus empregados, com a identificação da Empregadora, neles discriminando o salário e demais títulos, contribuição do FGTS, bem como, descontos efetuados e a que títulos.

§ 6º: Em caso de **mora salarial** atribuível a Empregadora, **além** da penalidade prevista na cláusula 22, haverá multa de **0,03%**, sobre o débito, por dia de atraso, após decorrido o prazo para pagamento dos salários fixado na Legislação vigente, até o limite máximo de **15%** em favor do prejudicado, independentemente da penalidade prevista na Cláusula 22 na presente Convenção.

[Assinatura]



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE JOINVILLE E REGIÃO

SEDE: rua Chuá, 30 - centro-89201-240 Joinville/SC-fone/fax(47)3433-0388/3028-0388/9964-3888/ Cx.P.:897 - E-mail sindsaudejoi@terra.com.br/ Site www.sindicatosaudejoi.org.br

SUBSEDE: rua Francisco Fischer - 60 - P'andar - centro- CEP 89.252.070 - Jaraguá do Sul / SC - fone/fax (47) 3371-0119 e 9186-7506 - E-mail sindsaudejaragua@terra.com.br

JURISDIÇÃO: Joinville, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, Araquari, Balneário Barra do Sul, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itapoá, Massaranduba e Schroeder

Fundado em 10 de agosto o ano de 1.977 - Reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 09 de Novembro de 1.978. Inscrito no CNPJ sob o nº 83.628.628/0001-63

Filiado à UGT - União Geral dos Trabalhadores e ao DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômico

§ 7º: Fica facultada a redução da jornada de trabalho do empregado, com proporcional **redução salarial**, desde que tal fato seja de comum acordo entre empregado e Empregador, pactuado por escrito, com a assistência do Sindicato Profissional.

§ 8º: Fica facultado as Empregadoras a possibilidade de pagamento do 13º **salário**, em uma única parcela, desde que a efetivação do pagamento ocorra até o dia 10 do mês de dezembro.

CLÁUSULA 04 - DA GRATIFICAÇÃO DE ASSIDUIDADE

Fica assegurada uma Gratificação de **06 dias** de Férias, além das normais, desde que o Empregado não tenha nenhuma falta justificada ou não, durante o período aquisitivo, a ser concedida, ou indenizada, se for o caso, por ocasião da concessão ou indenização das férias.

§ 1º - Para o efeito da gratificação do *caput* da presente Cláusula, **não serão consideradas faltas ao trabalho**, as ocorridas pelos motivos previstos no artigo 473 da C.L.T. e nas cláusulas 15ª e 22ª do presente instrumento coletivo.

§ 2º - Não incidirá sobre a Gratificação de **06 dias**, o percentual constitucional relativo ao Prêmio de Férias.

CLÁUSULA 05 - DO TRIÊNIO

Para cada grupo de **03 anos** consecutivos de serviços prestados a mesma Empregadora, o empregado fará jus, mensalmente, ao adicional de tempo serviço, sob o título de **triênio**, correspondente a 3% da sua **remuneração** mensal, limitado ao número de 3 triênios.

CLÁUSULA 06 - DO ADICIONAL NOTURNO

O empregado que trabalhar em regime de compensação e que em tal regime, sua jornada de trabalho atinja integralmente o horário noturno, terá o adicional de **20%**, calculado sobre o **salário contratual** estendido a todo o período em que perdurar a sua jornada, independentemente do horário de início e término desta.

CLÁUSULA 07 - DA ALIMENTAÇÃO DOS PLANTONISTAS E REFEIÇÕES OUTRAS

As Empregadoras fornecerão alimentação apropriada e **gratuitamente** a seus empregados **plantonistas**, exercentes da jornada laboral **diária de 12 horas**.

§ 1º: As refeições, quando fornecidas pela Empregadora, a seus empregados, serão de boa qualidade, quentes e deverão conter as calorias necessárias para apropriada alimentação do trabalhador. Para efeito da Lei 3030/56, serão observados os seguintes critérios:

- Primeira refeição, café 3,1% sobre SM;
- Segunda refeição, almoço 9,4% sobre SM;
- Terceira refeição, lanche 3,1% sobre SM;
- Quarta refeição, janta 9,4% sobre SM.

§ 2º: O Benefício previsto no parágrafo primeiro da presente cláusula, terá **caráter indenizatório**, não integrando o salário dos empregados para nenhum efeito legal, quer em relação as Empregadoras inscritas no PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador - instituído pela lei nº. 6.321/76, quer em relação as Empregadoras não inscritas nesse programa.

CLÁUSULA 08 - DA ASSISTÊNCIA LABORATORIAL

A Empregadora dará aos seus empregados e dependentes **assistência gratuita** nos limites da sua especialidade, obedecidas as determinações do **SUS** e complementando as mesmas em caso de necessidade.

CLÁUSULA 09 - DO AUXÍLIO CRECHE

As Empregadoras que empregam mais de 30 mulheres com mais de 16 anos de idade, ficam obrigadas a manter creches próprias ou em convênio, onde seja permitida as empregadas manterem em vigilância ou assistência a seus filhos, sempre de acordo com legislação em vigor.

CLÁUSULA 10 - DA DISPENSA POR JUSTA CAUSA

O empregado dispensado por justa causa, deverá ser **avisado por escrito** e contra recibo no ato, ou em caso de recusa por parte do empregado, com assinatura de duas testemunhas, constando no documento a infringência do dispositivo, no qual incidiu.



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE JOINVILLE E REGIÃO

SEDE: rua Chui, 30 - centro-89201-240 Joinville/SC - fone/fax (47) 3433-0388/3028-0388/9964-3888/ Cx.P.: 897 - E-mail: sindsaudejoj@terra.com.br / Site: www.sindicatosaudejoi.org.br

SUBSEDE: rua Francisco Fischer - 60 - 1ª andar - centro- CEP 89.252.070 - Jaraguá do Sul / SC - fone/fax (47) 3371-0119 e 9186-7506 - E-mail: sindsaudejaragua@terra.com.br

JURISDIÇÃO: Joinville, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, Araquari, Balneário Barra do Sul, Corupá, Garuva, Guarumirim, Itapóá, Massaranduba e Schroeder

Fundado em 10 de agosto o ano de 1.977 - Reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 09 de Novembro de 1.978. Inscrito no CNPJ sob o nº 83.628.628/0001-63

Afiliação a UGT - União Geral dos Trabalhadores e ao DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômico

CLÁUSULA 11 - DO AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL E DISPENSA DO CUMPRIMENTO

O Aviso Prévio, para fins de rescisão do contrato de trabalho, concedido ou indenizado pelas Empregadoras, será na proporção mínima de 30 dias para os Empregados que contem até 1 ano de serviço prestado à mesma Empregadora, acrescido, dito aviso, de 3 dias para cada ano de serviço para os Empregados que contem mais de 1 ano de serviço, até o limite máximo de 90 dias, adotado sempre o período mínimo de 60 dias para os admitidos até 31/10/2010 e que contem mais de 5 anos consecutivos de serviços prestados à mesma Empregadora ou mais de 45 anos de idade.

§ Único: O empregado **pré-avisado** pela Empregadora, será dispensado do cumprimento do restante do prazo do respectivo aviso prévio, desde que comprove a obtenção de **novo emprego**, cessando, conseqüentemente, o pagamento dos salários pelo Empregador, no último dia trabalhado.

CLÁUSULA 12 - DA SUSPENSÃO DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

O auxílio doença, comuns ou acidentários, suspendem o contrato de experiência, reiniciando a contagem do tempo nele previsto, no dia seguinte ao da data da cessação do benefício previdenciário.

CLÁUSULA 13 - DA GARANTIA DE EMPREGO - PRÉ-APOSENTADORIA - GESTANTE E CIPEIRO

É vedada a **dispensa sem justa causa** de empregado com **10 anos** ou mais de serviço consecutivo na mesma Empregadora, que estiver a menos de **2 anos** para completar o tempo de Aposentadoria Integral (ou seja, não proporcional) e/ou por idade fixados pela Previdência Social, ficando estabelecido que o disposto nesta Cláusula não se aplica no caso do empregado não exercer o direito à Aposentadoria na época respectiva.

§ 1º: O documento comprobatório para fins do direito previsto no *caput* da presente Cláusula será aquele fornecido pelo **Instituto Nacional da Seguridade Social (I.N.S.S.)**, devendo, tal comprovação, ser apresentada, sob protocolo, à Empregadora no prazo máximo de **60 dias**, contados da data do desligamento.

§ 2º: Fica vedada a **dispensa arbitrária** ou **sem justa causa**, da empregada **gestante**, desde a confirmação da gravidez, até o quinto mês após o parto; do empregado **acidentado**, pelo período de 12 meses, contados após a cessação do Auxílio Previdenciário, concedido pelo I.N.S.S. e do **cipeiro** pelo período contado a partir do registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato.

§ 3º: Não se aplica o disposto nesta Cláusula e nos seus parágrafos, em casos de **acordo** para fins de rescisão contratual, entre as partes, **homologado** pelo Sindicato Profissional.

CLÁUSULA 14 - DAS HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias, inclusive as laboradas além das jornadas de trabalho previstas na cláusula 16ª desta C.C.T., e desde que prestadas em **número superior a 50 horas por mês**, serão remuneradas com acréscimo de **80%** e as prestadas até este limite serão remuneradas na forma da Legislação em vigor.

CLÁUSULA 15 - DAS FALTAS AO TRABALHO - JUSTIFICADAS E DOS ATESTADOS MÉDICOS

O empregado poderá faltar ao serviço, sem prejuízo salarial:

- a) **04 dias** consecutivos, contados a partir do dia do fato, desde que abrangido integralmente pela falta, em caso de falecimento de cônjuge, pai, mãe ou filhos;
- b) **02 dias** consecutivos, em caso de falecimento de **Sogra** ou **Sogro**, devidamente comprovado nos Termos da Lei Civil, **ascendente, descendente, irmão ou pessoa** que, declarada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, **viva sob sua dependência econômica**;
- c) **03 dias** consecutivos, em virtude de **Casamento**;
- d) **01 dia**, em cada doze meses de trabalho, em caso de **Doação** voluntária de Sangue devidamente comprovada;
- e) **02 dias** consecutivos ou não, para o fim de se **alistar eleitor** nos Termos da Lei respectiva;
- f) no **período** de tempo que tiver de cumprir exigências do **Serviço Militar**;
- g) nos dias em que estiver comprovadamente realizando **provas** através de Exame, inclusive do **ENEM** (Exame Nacional de Ensino Médio), ou **Vestibular** para ingresso em Estabelecimento de Ensino Superior.
- h) pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a Juízo.

§ Único: As Empregadoras que dispõe de serviço médico próprio ou em convênio tem a seu cargo o abono das faltas ao trabalho justificadas através de atestados médicos. Nos

[Assinatura]



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE JOINVILLE E REGIÃO

SEDE : rua Chui, 30 - centro-89201-240 **Joinville/SC** - fone/fax (47) 3433-0388/3028-0388/9964-3888/ Cx.P.: 897 - E-mail sindsaudejoi@terra.com.br / Site www.sindicatosaudedejoinville.org.br

SUBSEDE: rua Francisco Fischer - 60 - Pãndar - centro- CEP 89.252.070 - **Jaraguá do Sul/SC** - fone/fax (47) 3371-0119 e 9186-7506 - E-mail sindsaudejaragua@terra.com.br

JURISDIÇÃO: Joinville, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, Araquari, Balneário Barra do Sul, Corupá, Garuva, Guarimirim, Itapóá, Massaranduba e Schroeder

Fundado em 10 de agosto o ano de 1.977 - Reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 09 de Novembro de 1.978. Inscrito no CNPJ sob o nº 83.628.628/0001-63

Filiado a UGT - União Geral dos Trabalhadores e ao DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômico

demais casos, isto é, para as Empregadoras que não mantêm o serviço supra mencionado, prevalecerão os atestados fornecidos por médicos do SUS (Sistema Único de Saúde) ou da Entidade Sindical Profissional.

CLÁUSULA 16 - DA JORNADA DE TRABALHO EM REGIME ESPECIAL

Fica estabelecida a Jornada Especial de prorrogação e compensação de horas de trabalho, para os turnos **diurnos** ou **noturnos**, nos seguintes regimes:

- a) 12 horas de trabalho seguidas por 36 de descanso;
- b) 04 dias de 06:00 horas e 2 dias de 10:00 horas;
- c) 05 dias de 06:00 horas e 1 dia de 12:00 horas;
- d) 05 dias de 07:00 horas e 1 dia de 09:00 horas;
- e) 04 dias de 09:00 horas e 1 dia de 08:00 horas;
- f) 05 dias de 08:45 horas de trabalho;
- g) Fica facultado a celebração de Acordo individual escrito, entre empregadora e empregado relativamente a "banco de horas", desde que a compensação respectiva ocorra no período máximo de 06 meses;
- h) Os **demais regimes** de interesse mútuo firmados entre as Empregadoras e Empregados, deverão ser homologados pelo Sindicato Profissional, inclusive para fins de "Banco de Horas" conforme previsto no parágrafo 2º do artigo 59 da CLT e **redução do intervalo intrajornada** para repouso e alimentação de que trata o artigo 71 da C.L.T., conforme previsto na portaria 42, de 28/03/2007, do Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 1º: Fica facultado aos Empregados, efetuarem entre si, a troca de horário de trabalho, inclusive de plantões, para qualquer data, dentro do período de até **90 dias** de forma não contínua ou contínua, esta de no máximo sete Jornadas Diárias, desde que exercentes da mesma função ou similar, e previamente autorizada pela Empregadora.

§ 2º: As Empregadoras poderão adotar sistema eletrônico alternativo de Controle da Jornada de Trabalho, desde que sejam observadas as condições estabelecidas na Portaria nº. 373/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, ficando recomendadas as mesmas a realização de estudo para fins de celebração de Acordo Coletivo de Trabalho com o Sindicato Profissional ora conveniente, objetivando a implantação do **sistema alternativo simplificado** do Controle da Jornada de Trabalho, com a dispensa do registro da Jornada contratual, conforme previsto na mencionada Portaria.

CLÁUSULA 17 - DAS FÉRIAS ANUAIS

Em caso de pedido de demissão, e após 90 dias da sua admissão na Empregadora, fará jus o empregado a férias proporcionais, a razão de 1/12 avos por mês, ou fração superior a 14 dias.

CLÁUSULA 18 - DO ABONO PECUNIÁRIO DAS FÉRIAS

É facultado ao empregado converter 20 dias de férias em abono pecuniário, mediante acordo individual.

CLÁUSULA 19 - DOS UNIFORMES EPI'S E INSTRUMENTO DE TRABALHO

A vestimenta uniforme e os equipamentos de proteção quando exigidos por lei e/ou pela Empregadora, deverão ser por esta última fornecidos **gratuitamente** e já confeccionados.

§ Único: O uso, conservação e reposição dos mesmos será regulamentado pela Empregadora. As Empregadoras fornecerão **gratuitamente** a seus empregados o respectivo material necessário para o bom desempenho de suas funções bem como a sua reposição, salvo na ocorrência de dolo/culpa ou quando não houver a devida apresentação do equipamento danificado ou quebrado, quando caberá a reposição ao empregado.

CLÁUSULA 20 - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL

As empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, ficam obrigadas a recolher, em 04 parcelas iguais, respectivamente, **10/março/2026**, **10/maio/2026**, **10/julho/2026** e **10/setembro/2026** sob pena de pagamento de multa de 2%, juros de mora de 1% ao mês e cobrança judicial, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária da FEHOESC realizado no dia 25/11/2025, os valores abaixo discriminados, a título de Contribuição Confederativa Patronal, através da quitação de boleto bancário, que será emitido pela FEHOESC.



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE JOINVILLE E REGIÃO

SEDE: rua Chud, 30 - centro-89201-240 Joinville/SC-**fone/fax**(47)3433-0388/3028-0388/9964-3888/ Cx.P.:897 - E-mail sindsaudejoi@terra.com.br/ Site www.sindicatosaudedejoinville.org.br

SUBSEDE: rua Francisco Fischer - 60 - 1º andar - centro- CEP 89.252.070 - Jaraguá do Sul / SC - **fone/fax** (47) 3371-0119 e 9186-7596 - E-mail sindsaudejaragua@terra.com.br

JURISDIÇÃO: Joinville, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, Araquari, Balneário Barra do Sul, Corupá, Garuva, Guarumirim, Itapoá, Massaranduba e Schroeder

Fundado em 10 de agosto o ano de 1.977 - Reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 09 de Novembro de 1.978. Inscrito no CNPJ sob o nº 83.628.628/0001-63

Filiado a UGT - União Geral dos Trabalhadores e ao DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômico

Enquadramento da Empresa

Valor das parcelas

De 0 Funcionários	04 parcelas de R\$ 72,88
De 01 a 05 funcionários	04 parcelas de R\$ 145,54
De 06 a 10 funcionários	04 parcelas de R\$ 291,11
De 11 a 30 funcionários	04 parcelas de R\$ 436,48
De 31 a 50 funcionários	04 parcelas de R\$ 588,40
De 51 a 100 funcionários	04 parcelas de R\$ 872,99
Acima de 101 funcionários	04 parcelas de R\$ 1.455,11

CLÁUSULA 20-A - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

As integrantes da categoria econômica representada pelo Sindicato dos Laboratórios de Análises Clínicas, Patologia Clínica e Anátomo-Citopatologia no Estado de Santa Catarina - SINDILAB/SC, ficam sujeitas ao pagamento da Contribuição Assistencial Patronal, nos termos desta cláusula e em conformidade com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no Tema nº 935 da Repercussão Geral, que reconheceu a validade da cobrança da contribuição assistencial a todas as empresas da categoria representada, independentemente de serem ou não sindicalizados.

§ 1º. A Contribuição Assistencial Patronal possui natureza de custeio das atividades sindicais, destinadas à representação, defesa e coordenação dos interesses da categoria econômica, à realização de negociações coletivas de trabalho, celebração de convenções e acordos coletivos, e à manutenção administrativa da entidade sindical.

§ 2º. A cobrança da Contribuição Assistencial Patronal poderá ser realizada pelo SINDILAB/SC e/ou pela Federação dos Hospitais e Estabelecimentos do Estado de Santa Catarina - FEHOESC, de forma conjunta ou isolada, observando-se os seguintes valores anuais por estabelecimento:

Enquadramento da Empresa

Valor das parcelas

De 01 a 05 funcionários	01 parcela de R\$ 700,00
De 06 a 10 funcionários	01 parcela de R\$ 1.300,00
De 11 a 30 funcionários	01 parcela de R\$ 2.000,00
De 31 a 50 funcionários	01 parcela de R\$ 3.000,00
De 51 a 100 funcionários	01 parcela de R\$ 5.000,00
Acima de 100 funcionários	01 parcela de R\$ 7.000,00

§ 3º. O SINDILAB assegura às empresas o direito de oposição, na forma reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal. Esse direito poderá ser exercido no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura desta Convenção Coletiva de Trabalho, observadas as condições do § 4º.

§ 4º. O exercício do direito de oposição será realizado exclusivamente por meio eletrônico, mediante o preenchimento integral de formulário próprio disponibilizado pelo Sindicato Patronal no endereço eletrônico: <http://fehoesc.gersin.com.br/oposicao/public/formulario>, durante o prazo previsto no parágrafo anterior.

§ 5º. O não recolhimento da Contribuição Assistencial Patronal no prazo fixado implicará na incidência de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die, sem prejuízo da cobrança judicial.

§ 6º. Não se reconhece como válida a oposição encaminhada por contador ou escritório de contabilidade, ainda que detenha poderes para atos de natureza fiscal, contábil ou administrativa, por não se tratar de atribuição inerente à atividade contábil nem de prerrogativa delegável.

§ 7º. A prática de oposição coletiva, padronizada ou promovida por profissionais ou entidades estranhas à representação sindical patronal, notadamente por escritórios de contabilidade, configura interferência indevida na organização sindical, podendo caracterizar ato antissindical, nos termos do art. 8º da Constituição Federal, da Convenção nº 98 da OIT e da legislação aplicável.

§ 8º. O vencimento da Contribuição Assistencial Patronal ocorrerá no dia 30 de maio de 2026.

[Handwritten signature]



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE JOINVILLE E REGIÃO

SEDE: rua Chuá, 30 - centro-89201-240 Joinville/SC - fone/fax (47) 3433-0388/3028-0388/9964-3888/ Cx.P.: 897 - E-mail sindsaudejoi@terra.com.br/ Site www.sindicatosaudejoi.org.br

SUBSEDE: rua Francisco Fischer - 60 - L'andar - centro- CEP 89.252.070 - Jaraguá do Sul/SC - fone/fax (47) 3371-0119 e 9186-7506 - E-mail sindsaudejaragua@terra.com.br

JURISDIÇÃO: Joinville, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, Araquari, Balneário Barra do Sul, Corupá, Garuva, Guarumirim, Itapoá, Massaranduba e Schroeder

Fundado em 10 de agosto o ano de 1.977 - Reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 09 de Novembro de 1.978. Inscrito no CNPJ sob o nº 83.628.628/0001-63

Filiado a UGT - União Geral dos Trabalhadores e ao DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômico

§ 9º. Ficam dispensadas do recolhimento da Contribuição Assistencial Patronal as empresas que comprovarem o pagamento da Contribuição Confederativa Patronal referente ao último exercício.

CLÁUSULA 21 - CONTRIBUIÇÃO DE COOPERAÇÃO

Tendo em vista a situação econômica atual, para o custeio e por rateio, as partes instituem a CONTRIBUIÇÃO DE COOPERAÇÃO que se traduz na cooperação do segmento patronal para melhoria da condição social dos empregados, em observância ao "caput" do artigo 7º da CF/88, devendo as Empregadoras abrangidas por esta Convenção Coletiva, para os objetivos desta cláusula, efetuar o pagamento no valor correspondente a 2.5% da remuneração de todos os seus empregados, relativa ao mês de competência **abril/2026**, sem descontar dos empregados. A importância deverá ser recolhida até o dia **11/05/2026**, utilizando-se de "boletos" específicos, disponíveis no site do Sindicato - www.sindicatosaudejoi.org.br.

§ 1º: A presente cláusula foi aprovada em assembleias das categorias profissional, com fulcro nos Artigos 7º "caput" da CF/88 e 611-A da CLT e Orientação 08/2020 do Ministério Público do Trabalho - MPT e diversos TACs firmados recentemente em nossa região e acordo em Ação Civil Pública, sendo vedada a ingerência ou controle do Sindicato Profissional pelo empregador ou entidade patronal (Convenção nº 98 da OIT), garantido o direito de fiscalização.

§ 2º: O não recolhimento da importância no prazo do caput a presente cláusula, implicará em multa de 2%, bem como, correção monetária com base no INPC, além de juros de 1% ao mês.

§ 3º: O Sindicato Profissional assume quaisquer responsabilidades judiciais ou extrajudiciais, inclusive perante o MPT, em virtude do cumprimento, pelas empregadoras, do teor dessa cláusula, isentando de qualquer ônus ou responsabilidade, as empregadoras adimplentes e o Sindicato Patronal.

CLÁUSULA 22 - DA HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES DE CONTRATO DE TRABALHO

As rescisões de contrato de trabalho, dos empregados com mais de **06 meses** de serviços prestados na mesma Empregadora, deverão ser assistidas e homologadas pelo Sindicato Profissional.

§ Único: As Empregadoras sediadas fora do município Sede do Sindicato Profissional (Joinville) e que não mantém escritório ou equivalente em Joinville, Jaraguá do Sul e Guarumirim, estão **dispensadas** do cumprimento do contido nesta cláusula, salvo as sediadas nos Municípios de Jaraguá do Sul e Guarumirim, cuja assistência e homologação do caput da presente cláusula será prestada pelo Sindicato profissional, diretamente ou através da sua subsede.

CLÁUSULA 23 - DO SINDICATO

Serão **liberados** pela Empregadora os **Diretores da Entidade Sindical Profissional**, sem prejuízo da remuneração até **20 dias** por ano, sendo no máximo **5 dias** consecutivos em um mês, para participar, representando a categoria, em reuniões, Assembleias, Congressos, Encontros de Trabalhadores, desde que não venham em prejuízo de serviços essenciais da Empregadora e solicitado, por escrito, pela Entidade Sindical, com antecedência de **72 horas**.

§ 1º: Será assegurada a colocação de **quadro de avisos** sob a responsabilidade da Entidade sindical Profissional, no âmbito da Empregadora, para fixação de Editais, Avisos e Notícias Sindicais, vedada a publicação de qualquer matéria ofensiva ao Empregador ou prejudicial as boas relações de trabalho, com o visto da Direção da Empregadora.

§ 2º: As Empregadoras se propõem a colaborar na **Sindicalização** de seus empregados, inclusive quando da admissão dos mesmos.

§ 3º: As Empregadoras **descontarão** em folha de pagamento de **salários** e do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho dos seus Empregados, desde que autorizadas pelos mesmos, todas as **importâncias devidas ao Sindicato Profissional**, inclusive as relativas as mensalidades sociais, taxas de serviços e utilização dos convênios da Entidade, sempre que as empregadoras forem notificadas pelo Sindicato, fazendo as mesmas o recolhimento, **até o dia 10 do mês** subsequente ao do desconto, através de "**Boletos Bancários**", a serem fornecidos pela Entidade, conforme instruções constantes dos mesmos e disponíveis no Site do Sindicato www.sindicatosaudejoi.org.br, sob as penas da



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE JOINVILLE E REGIÃO

SEDE: rua Chui, 30 - centro-89201-240 Joinville/SC - fone/fax (47) 3433-0388/3028-0388/9964-3888/ Cx.P.: 897 - E-mail sindsaudejoi@terra.com.br / Site www.sindicatosaudejoi.org.br

SUBSEDE: rua Francisco Fischer - 60 - 1ª andar - centro- CEP 89.252.070 - Jaraguá do Sul / SC - fone/fax (47) 3371-0119 e 9186-7506 - E-mail sindsaudejaragua@terra.com.br

JURISDIÇÃO: Joinville, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, Araquari, Balneário Barra do Sul, Corupá, Garuva, Guarumirim, Itapoá, Massaranduba e Schroeder

Fundado em 10 de agosto o ano de 1.977 - Reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 09 de Novembro de 1.978. Inscrito no CNPJ sob o nº 83.628.628/0001-63

Filiado a UGT - União Geral dos Trabalhadores e ao DIEESE - Departamento Inter-sindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômico

contido no Parágrafo Único do artigo 545 da CLT, figurando as empregadoras como meras intermediárias.

§ 4º: Antes de encaminhar qualquer **reclamatória trabalhista** à Justiça do Trabalho, fica facultado ao Sindicato Profissional procurar resolver, de forma harmoniosa, diretamente com as respectivas Empregadoras, as questões trabalhistas apresentadas por seus empregados à Entidade.

§ 5º: O empregado não associado do Sindicato, desde que esteja de acordo, pagará, a título de "**taxa assistência/TRCT**" à respectiva Entidade de Classe, o equivalente a 2% do valor líquido da Rescisão do Contrato de Trabalho quando da homologação da mesma.

§ 6º: O Sindicato Profissional responderá individualmente e diretamente por eventuais prejuízos financeiros causados aos empregadores, motivados por descontos realizados na forma do parágrafo terceiro desta cláusula.

CLÁUSULA 24 - DAS PENALIDADES

Pelo descumprimento de qualquer das Cláusulas desta Convenção, fica estabelecida uma penalidade, equivalente a 5% do respectivo **Salário Normativo**, por infração, em prol da parte prejudicada.

E por estarem justos e acertados, firmam a presente Convenção Coletiva de Trabalho em 02 vias de igual teor, a serem submetidas para registro, junto a Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego em santa Catarina.

Joinville, 16 de março de 2026.

DOUTOR WERNER GUSTAVO VIEIRA WILLRICH
PRESIDENTE

SINDICATO DOS LABORATÓRIOS DE ANÁLISES
CLÍNICAS, PATOLOGIA CLÍNICA E ANATOMO-
CITOPATOLOGIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA.

SENHOR LORIVAL BIZETTA
PRESIDENTE

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB. DE
SERVIÇOS DE SAÚDE DE JOINVILLE E REGIÃO.